

metemos lucros para o exterior, em 1971, no montante de 120 milhões de dólares, além de *royalties* e assistência técnica, que absorveram outros 100 milhões; para cada dólar entrado, ou tido como tal, devolvemos três; as emissões atingiram, em 1971, a casa de um bilhão e 700 milhões de cruzeiros, totalizando as emissões já 6 bilhões.

Não é difícil o diagnóstico do “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Um economista assinala, com justeza: “O Estado tem ampla participação nas decisões econômicas e constitui, de longe, a fonte principal do processo de acumulação; mas, como a tecnologia que se utiliza é importada em sua quase totalidade, a capitalização, nos setores mais dinâmicos da economia, faz-se principalmente em benefício dos grupos estrangeiros que detêm o controle dessa tecnologia. O principal problema com que se defronta o país é o de gerar fontes de emprego para sua numerosa e crescente população, grande parte da qual vegeta em setores urbanos marginalizados ou na agricultura de subsistência. Entretanto, como a tecnologia — variável que define a constelação de bens a produzir e condicionada a seleção de processos produtivos — escapa ao centro interno controlador das decisões econômicas, a intensificação da capitalização não significa necessariamente criação de empregos. Significa, sim, um aumento mais que proporcional da produção de bens supérfluos”.²⁰¹

Que desenvolvimento é esse, no fim de contas, quando o noticiário cotidiano nos esfrega a realidade em rosto, com informações como a que se segue? Diz o resultado de pesquisa em São Paulo, realizada em 1972: “Com um coeficiente de cerca de 90 óbitos para cada mil nascidos vivos anualmente, o município de São Paulo — cuja renda *per capita* é a mais alta do país — detém uma das maiores taxas de mortalidade infantil da América Latina, onde 43% das mortes verificadas em crianças entre um e quatro anos de idade são ocasionadas pela desnutrição”.²⁰² No mesmo ano, a presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais informava que não havia naquele Estado condições para implantar a reforma do ensino fundamental: “Falta tudo em numerosas escolas. Muitos prédios estão ameaçados de cair, não existem carteiras suficientes, nem mesmo giz. Várias crianças desmaiam de fome, porque a merenda escolar, em al-

²⁰¹ Celso Furtado: *op. cit.*, p. 7/8.

²⁰² “Taxa de mortalidade infantil inquieta e desafia São Paulo”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 28 de maio de 1972.